

COMO A CASA ACOLHE? O OLHAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE UMA COMUNIDADE DE BAIXA RENDA EM JUIZ DE FORA, MG

¿COMO LA CASA ACOGE? LA PERCEPCIÓN DE NIÑOS Y ADOLESCENTES DE LA COMUNIDAD DE BAJOS RECURSOS EN JUIZ DE FORA, MG

HOW THE HOME DOES WELCOMING? THE PERCEPTION OF CHILDREN AND ADOLESCENTS OF A LOW-INCOME COMMUNITY IN JUIZ DE FORA, MG

ALMEIDA, MARIANA MARQUES

Arquiteta, Mestranda da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil, PROARQ/FAU/UFRJ, mariana.mma@gmail.com

AZEVEDO, GISELLE ARTEIRO NIELSEN

Arquiteta, Doutora, Professora Associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil, PROARQ/FAU/UFRJ, gisellearteiro@globo.com

RESUMO

As unidades de acolhimento institucional são moradias para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Ciente das influências do meio e relações pessoa-ambiente, o artigo expõe sobre como essas unidades podem ser ambientes realmente acolhedores. Para isso, não se detém apenas a aspectos físicos e funcionais do ambiente, mas considera principalmente as subjetividades nele envolvidas, verificando o “olhar” de crianças e adolescentes sobre o lugar em que moram. Assim, o trabalho apresenta como objetivo apreender percepções, dinâmicas relacionais e apropriações espaciais pela aplicação do Mapa Mental, instrumento de Avaliação Pós-Ocupação, com crianças e adolescentes de comunidade de baixa renda, em Juiz de Fora, MG. As análises permitem compreender condições para um projeto de qualidade que propicie a formação de “lugares” de afeto, com os quais os envolvidos possam se identificar e se sentirem pertencentes.

PALAVRAS-CHAVE: acolhimento institucional; crianças e adolescentes; percepção ambiental.

RESUMEN

Las unidades de acogimiento institucional son viviendas para niños y adolescentes en situación de vulnerabilidad social. Consciente de las influencias del medio y relaciones persona-ambiente, el artículo expone sobre como esas unidades pueden ser ambientes realmente acogedores. Por eso, no se tratan apenas los aspectos físicos e funcionales del ambiente, sino que considera principalmente las subjetividades en el envueltas, verificando la perspectiva de los niños y los adolescentes sobre el lugar que habitan. De esta forma, el trabajo presenta como objetivo aprehender percepciones, dinámicas relacionales y apropiaciones espaciales a través del uso del instrumento Mapa Mental, utilizado en la Evaluación Pos-Ocupación, con niños y adolescentes de comunidades de bajos recursos en Juiz de Fora, MG. Los análisis permiten comprender condiciones para un proyecto de calidad que propicie la formación de “lugares” de afecto donde los involucrados puedan identificarse y sentirse pertenecientes.

PALABRAS CLAVES: acogimiento institucional; niños y adolescentes; percepción ambiental.

ABSTRACT

Institutional shelter units are housing facilities for children and adolescents in situations of social vulnerability. Considering the influences of the environment and person-environment relations, this article discusses how these units can be truly welcoming environments. To accomplish that, we not only focus on the physical and functional aspects of the environment, but also consider the subjectivities involved in it, verifying the perspective of children and adolescents about where they live. Thus, the objective of this work is to understand perceptions, relational dynamics and spatial appropriations through the application of the Mental Map, an instrument of Post-Occupation Evaluation, with children and adolescents from a low-income community in Juiz de Fora, MG. These analyzes allow us to understand the conditions for a quality project that result in the formation of “places” of affection through which the involved children and adolescents can identify themselves and have a sense of belongingness.

KEYWORDS: institutional shelter units; children and adolescents; environmental perception.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo¹ é resultado de uma primeira aproximação prática da autora com seu tema de dissertação, que investiga a moradia em unidades de acolhimento institucional para crianças e adolescentes vulneráveis. Possui como objetivo discutir os valores e significados atribuídos ao espaço residencial por crianças e adolescentes de baixo poder aquisitivo, de forma a identificar os potenciais de acolhimento da casa. Tais discussões são realizadas a partir da aplicação do Mapa Mental, instrumento de Avaliação Pós-Ocupação (APO), com moradores de uma comunidade em Juiz de Fora, Minas Gerais.

Apesar da pobreza não condicionar necessariamente vulnerabilidade social, levantamentos realizados no Brasil² demonstram que a carência de recursos materiais da família é uma das razões que levam ao acolhimento institucional. Portanto, admitindo que as crianças e adolescentes acolhidos geralmente procedem de uma realidade de precariedade material, considerou-se necessário compreender qual é o “olhar” de crianças neste perfil socioeconômico a respeito da casa. Verificando vivências e afetos envolvidos no ambiente construído, espera-se diagnosticar condições que facilitem a apropriação e o verdadeiro acolhimento das unidades de acolhimento institucional.

2 ABRIGAR, NÃO... ACOLHER!

O acolhimento em unidade institucional é definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990)³ como moradia provisória para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social ocasionada por omissão do Estado; falta, omissão ou abuso dos pais (ou responsáveis); ou em razão de sua própria conduta. Enquanto política, ele atende a crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, de ambos os sexos, que moram na casa até o retorno à sua família ou, em caso de impossibilidade, até serem colocadas em família substituta, e deve ser aplicado apenas quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem e, a partir do momento de entrada na residência, deve haver a preparação gradativa para o desligamento (BRASIL, 1990).

Portanto, nos parâmetros da lei fica incisivo o caráter provisório e excepcional da medida, porém, na realidade, em muitos casos a casa de acolhimento acaba se tornando lar permanente⁴, condição que pode constituir problemas em relação aos referenciais das crianças e adolescentes recebidos. De acordo com Sayão (2010), a saída de um ambiente familiar, seja ele protetor ou ameaçador, é um salto para o desconhecido: rompem-se vínculos, referências identitárias, laços de parentesco e de afetos. Apesar disso, até que a situação que motivou o acolhimento seja resolvida, as crianças e adolescentes em questão permanecem sob tutela do Estado, distantes do seu lugar de origem, da família e amigos, reféns de uma situação cujo desenrolar depende de diferentes variáveis.

A fim de amenizar as dificuldades inerentes ao processo, o ambiente institucional, mais do que abrigar, precisa acolher esses sujeitos. Esta compreensão está implícita nas modificações da própria lei nº 12.010 (BRASIL, 2009)⁵ na qual a terminologia "acolhimento institucional" passou a substituir o termo "abrigamento", demonstrando a complementariedade existente entre a proteção física do meio e garantia de necessidades básicas, às questões relacionais de envolvimento afetivo e amparo. Para tanto, além de trabalhos com psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e educadores, é necessário ênfase no projeto do ambiente construído, que representa parte da identidade, suporte afetivo, físico e social do indivíduo.

Muito em razão da provisoriedade que se almeja em lei, pouco se discute sobre a influência do ambiente no acolhimento institucional, existindo apenas orientações técnicas quanto ao tamanho mínimo e funções dos cômodos. Por outro lado, considerando que a longa permanência ainda é realidade de grande parte dos casos, é importante estar ciente da influência do meio no desenvolvimento da pessoa, sabendo-se que o ambiente construído não se limita a parâmetros funcionais e de organização física; nele, estão envolvidos aspectos subjetivos e sociais que garantem bem-estar, conforto, aconchego e acolhimento.

Pallasmaa (2017) expõe que o habitar é, ao mesmo tempo, um evento e uma qualidade mental, que se estende além dos limites físicos da habitação; ou sejam ela organiza todo o mundo da pessoa, não apenas suas necessidades físicas, mas também memórias, sonhos e desejos. Assim, mais que cenário e abrigo para as muitas atividades humanas, o espaço edificado é elemento constituinte do ser humano e espaço privilegiado do afeto.

Numa moradia, sentir-se em casa expressa emoções e sentimentos que vão muito além da proteção física do abrigo (LEITÃO, 2002). A partir desse entendimento, questiona-se como o ambiente institucional pode possibilitar às crianças e adolescentes não apenas “estar” abrigado e protegido num cenário, mas principalmente “entrar” no sentido de apropriar-se desse ambiente, num processo que possibilita sensações de pertencimento, estabilidade, identidade, segurança, equilíbrio e orientação.

3 RELAÇÃO PESSOA-AMBIENTE

A apropriação espacial é o processo pelo qual as pessoas agem e transformam o entorno, deixando suas marcas e estabelecendo vínculos como apego ao lugar e identidade de lugar. Mediante isso, as pessoas incorporam o entorno e percebem nele aspectos de sua própria identidade, numa identificação simbólica relacionada a processos afetivos, cognitivos e interativos (MORANTA; POL, 2005). A experiência do espaço é o que o torna um "lugar", sendo denominado topofilia essa vinculação afetiva entre a pessoa e o lugar

(TUAN, 1980). Para Tuan (1983) o lugar é como uma pausa no movimento, em que é possível experienciar, sentir e dotar o espaço de valor.

Assim, a experiência implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência. Experienciar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência. O que pode ser conhecido é uma realidade que é um constructo da experiência, uma criação de sentimento e pensamento (TUAN, 1983, p. 10).

A associação ao lugar a partir de relações afetivas representa parte da constituição do eu da pessoa, conformando territórios de domínio. Segundo Bailly (1979), a territorialidade é o comportamento mediante o qual as pessoas se identificam com um espaço, ao mesmo tempo em que desejam acentuar seu controle sobre ele. A definição de territórios expressa as fronteiras do eu da pessoa, a qual Sommer (1973) denomina Espaço Pessoal – zona emocional, ao redor do corpo da pessoa, que não apresenta forma específica, mas que gera incômodo ao ser invadida. O espaço pessoal está ligado à defesa de um território imediato, que inclui a defesa da intimidade e o direito de propriedade (SOMMER, 1973).

O processo de personalização dos ambientes permite a delimitação de fronteiras e territórios pessoais. Ao demarcar um território que seja seu, sensações de privacidade, intimidade e individualidade são vivenciadas. De acordo com Ryczynski (1996), o interior do aposento comunica a personalidade do seu dono: os objetos pessoais demonstram a atmosfera doméstica decorrente da atividade humana, são as marcas dos moradores. Para o autor, o conforto e o aconchego não existem sem vestígio de ocupação humana, sendo que as casas se tornam lares apenas quando se compreende os mistérios do conforto, envolvendo sentidos, privacidade, intimidade, domesticidade, bem-estar físico, lazer e tranquilidade (RYBCZYNSKI, 1996).

Segundo Bachelard (1979) é a casa o lugar que permite a existência humana no mundo. Antes de habitar o mundo, o ser habita o interior do espaço íntimo da casa, que constitui sua base emocional de intimidade, identidade e segurança. Sem ela, o homem seria um ser disperso e sem lugar,

(...) pois a casa é nosso canto no mundo. Ela é, como se diz frequentemente, nosso primeiro universo (...). Até a mais modesta habitação, vista intimamente é bela (BACHELARD, 1974, p. 358).

Percebe-se, aqui, a imagem poética do lar e sua importância na constituição e estabilidade do eu da pessoa: ter o seu lugar constitui a base existencial da pessoa no mundo.

Entre a casa e a rua

Essas relações, entretanto, extrapolam o limite da casa e se estendem ao território, sendo a rua muitas vezes a extensão da própria moradia. De acordo com DaMatta (1997), a casa engloba a rua por elementos que a integram com o exterior (janelas, varandas, lajes), numa dinâmica relacional em que o código da casa e da rua se complementam. Para o autor, mais importante do que estudar o mundo interior e exterior individualizados, os pesquisadores devem estar atentos para a sua conexão, a sua relação, os elos que os interligam.

Isso é o que observa-se correntemente em comunidades de baixa renda, nas quais Lima (1989) relata haver uma tendência de fuga das crianças do interior fechado das casas, diferentemente do que ocorre com crianças de apartamentos de áreas centrais. No ano de publicação do seu livro (supracitado), a arquiteta argumentava que as crianças de apartamentos permanecem muito tempo em casa e pouco utilizam os espaços livres públicos, devido aos medos dos pais e à insegurança das ruas; ao contrário delas, as crianças moradoras de comunidades não diferenciam o espaço da casa e o espaço coletivo do lugar, sobre o qual possuem domínio considerável; para estas últimas, as ruas constituem território de viver, umas vez que elas costumam brincar pelas calçadas e passagens (LIMA, 1989).

Tal fato continua a ser realidade nos dias de hoje, como enfatizado por Coelho (2004) em seu estudo sobre as interações indivíduo-meio e as significações espaciais existentes na relação da criança com seus lugares de brincadeira na favela. De acordo com a autora, as áreas residuais entre as casas, becos e escadarias são espaços privilegiados pelas crianças ao brincar. É no ato da brincadeira que as crianças se apropriam dos espaços livres da comunidade, transformando-os em espaços de afetividade. Assim, se localizam com facilidade no espaço, reconhecem o seu lugar e identificam o cotidiano ao qual pertencem (COELHO, 2004). Essa dinâmica entre a casa e a rua é essencial e constitui-se em base educativa, pois ao brincar pelas ruas, as crianças expõem-se a riscos e aventuras necessários ao desenvolvimento pleno de relações afetivas, psíquicas e cognitivas (TONUCCI, 2009).

Manoel de Barros, poeta brasileiro sensível ao tema infantil, enfatiza o encanto das pequenas coisas e o valor de uma infância livre, do brincar livremente: num lugar em contato com a natureza, entre o sol, rio e árvores, “Brincava de fingir que pedra era lagarto, que lata era navio, que sabugo era um serzinho mal resolvido e

igual a um filhote de gafanhoto” (BARROS, 2003, p.4). Para justificar sua afirmativa “tudo que eu não invento é falso”, o autor apoia-se na capacidade que as crianças têm de imaginarem e criarem, a partir de coisas simples, colorindo o que aparentemente não tem cor.

Também é a partir dessa capacidade das crianças criarem por elas mesmas que é possível compreender a diferença entre “lugares para crianças” e “lugares das crianças”, definida por Rasmussen (2004). Segundo o autor, os “lugares para crianças” são desenhados e designados para elas, enquanto os “lugares das crianças” não são aqueles que os adultos assim os projetam e preveem, mas lugares informais com significados dado por elas mesmas. Isso significa que, retomando os conceitos de Tuan (1983) sobre “espaço” e “lugar”, “lugares para crianças” são apenas espaços e “lugares das crianças” são realmente lugares, apropriados, imaginados e criados por elas.

O autor reflete sobre o dia a dia da criança na sociedade, em que vivem entre casas, escolas e locais de recreação. Estes são “lugares para crianças”, com serviços, equipamentos e atividades que indicam como elas devem passar o tempo, monitoradas e controladas pelos riscos que podem se expor. Porém, os “lugares das crianças” podem estar fora dos “lugares para as crianças”, como nos caminhos entre eles e na vizinhança, no que está implícito a importância do viver pela cidade e em contato com a natureza. Em alguns casos, os “lugares para crianças” podem sim ser “lugares das crianças”, o que ocorre somente quando se conectam psicologicamente a eles (RASMUSSEN, 2004).

Os “lugares para crianças” são criados pelos adultos a partir do que acreditam que elas necessitam, esquecendo que as crianças são atores e cocriadoras de suas vidas, e se relacionam com espaços que elas escolhem, criam e atribuem valor. Portanto, as crianças são sujeitos sociais e culturais, se vinculam a lugares psicologicamente e simbolicamente diferentes do que o adulto acredita ser um lugar para elas (RASMUSSEN, 2004).

Daí, emerge o seguinte questionamento: como o projeto de arquitetura pode auxiliar na formação de “lugares das crianças”? Pois estes sim são lugares acolhedores, no sentido mais amplo do termo, com os quais as crianças se identificam e se envolvem em relações de afeto. No caso específico do estudo, as unidades de acolhimento institucional não bastam ser um espaço para crianças, mas um espaço das crianças, que elas possam sentir delas, livres para criar e atuar.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

Como visto, as interações indivíduo-meio constituem um dos suportes para a construção da identidade da pessoa. Porém, estando o ambiente sujeito a vivências, ocupações, modificações, leitura e interpretação pelos usuários, é preciso reconhecer os aspectos subjetivos e dinâmicas relacionais que possam facilitar a identificação com o lugar e o acolhimento que se deseja. A compreensão de como o sujeito apreende o espaço que ocupa, e como este interfere no seu comportamento, é fundamental para se pensar numa arquitetura de qualidade que responda mais às expectativas de seus usuários.

Assim, afirma-se a eficiência da metodologia de projeto participativo que, numa abordagem sensível às vivências e interações homem-ambiente, possui o objetivo de dar voz aos envolvidos, compreendendo suas percepções. A busca por “lugares das crianças” está relacionada, portanto, ao ato de se projetar **com as crianças, e não para elas**, reconhecendo-as como coautoras das propostas e importantes interlocutoras do processo de projeto.

O trabalho da arquiteta Mayumi Souza Lima é um exemplo considerável à respeito desse tema, ao defender a participação das crianças na concepção dos espaços. Segundo Lima (1989), as crianças não possuem voz ativa no processo de projeto, e por isso seus desejos, necessidades e expectativas são subjugados pelos que estão à frente da proposta. Num ato inconsciente, o adulto se coloca no lugar das crianças para tentar compreender suas fantasias e sonhos, mas há um limite entre isso e as condições espaciais que realmente permitem à elas criarem e construírem suas ideias (LIMA, 1989).

Reconhecer as crianças como sujeitos ativos, interativos e participantes da vida urbana, incorporando-as ao processo de projeto, contribui com informações valiosas para constituição de ambientes mais responsivos (AZEVEDO, 2012). Nessa linha de raciocínio, Tonucci (2009) defende o projeto das “Cidade das Crianças”, numa escuta e respeito às demandas delas na elaboração de planos urbanísticos, de maneira a conferir-lhes autonomia para se movimentarem pelas ruas e “invadirem” os espaços públicos. Para ele, isso tornaria as cidades melhores e mais seguras, pois incidiria no próprio comportamento dos adultos, obrigando-os a modificar atitudes e a respeitar o meio onde vivem (TONUCCI, 2009).

Os projetos participativos, portanto, incorporam a dimensão humana, respondem a necessidades e expectativas reais, criando importantes elos psicológicos entre o usuário e o ambiente, com sensação de

território, propriedade e valorização do lugar (ADAMS, 2002). Assim, é fundamental compreender como as crianças se deslocam, se orientam e delimitam seu território, bem como, exercitam domínios e se apropriam dos ambientes, valendo para isso de metodologias que considerem suas percepções e aspectos subjetivos envolvidos.

Dessa forma, para a realização do presente trabalho definiu-se pelo uso da Avaliação Pós-Ocupação (APO), que consiste num conjunto de técnicas que possibilitam a investigação de dados referentes ao ambiente construído e aos seus usuários, tais como: adequação físico-espacial, elos afetivos, percepções, comportamentos, expectativas, necessidades e satisfação das pessoas (RHEINGANTZ et al, 2009).

Dentre os instrumentos de APO, optou-se pela aplicação do Mapa Mental, com a intenção de verificar elementos importantes na estruturação da imagem mental do ambiente, além de valores e afetos que lhe são atribuídos. Nessa atividade, ao ser solicitado que o/a participante desenhe de memória um lugar, entende-se que, ao elaborar sua resposta a pessoa realiza uma “construção” tendo como base a experiência por ela vivenciada (RHEINGANTZ et al, 2009).

5 APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO

A aplicação do Mapa Mental foi realizada com 20 crianças e adolescentes associados a uma instituição espírita de uma comunidade em Juiz de Fora, Minas Gerais (figuras 1 a 4). A escolha pelo bairro justifica-se pelo fato de que, segundo levantamento do Conselho Nacional do Ministério Público (2013), a carência de recursos materiais da família é razão de 32% dos casos de acolhimento institucional no Brasil. Por isso, antes de realizar uma abordagem com crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, considerou-se importante compreender os potenciais de acolhimento da casa tendo como base o olhar de crianças e adolescentes provenientes de famílias de baixa renda.

Figuras 1 e 2: Comunidade onde foi aplicado o Mapa Mental.



Fonte: Autoras, 2017.

Figuras 3 e 4: Comunidade onde foi aplicado o Mapa Mental.



Fonte: Autoras, 2017.

Os respondentes foram separados em dois grupos, um de 12 crianças com idades entre quatro a nove anos, e outro de 8 adolescentes entre doze a dezesseis anos. Ao primeiro grupo, composto por crianças, solicitou-se que desenhasssem sua casa, deixando-os livre para se expressarem da forma como preferissem. Durante a interação com os adolescentes, porém, uma pessoa que acompanhava a atividade, ao esclarecer dúvidas, disse que deveriam desenhar suas casas como se a estivessem olhando por cima, retirando o telhado. Assim, na maior parte dos desenhos, condicionou-se uma representação por planta-baixa. Entendemos que isso não invalidou os resultados obtidos, pois possibilitou visualizar a distribuição espacial das casas e territorialidades presentes. Além disso, no decorrer do trabalho a pesquisadora interagiu com os participantes, anotando comentários e explicações a respeito dos desenhos, ciente de que no processo de desenvolvimento são expostas observações que auxiliam a interpretação dos dados, como de fato aconteceu.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A realização dos Mapas Mentais permitiu a livre expressão e o surgimento de diferentes “olhares” sobre a casa, com o destaque de referências importantes para cada um, verificando-se que:

- Pelo fato do desenho ser ato espontâneo e recorrente das crianças, houve grande envolvimento com a atividade, demonstrando a facilidade com que se expressam graficamente e a predisposição para leituras espaciais.
- Os adolescentes, ao contrário, em comportamento natural à idade, se inibiram por vergonha de desenhar, medo de julgamentos e comparações, demorando mais tempo para “entrar” no processo. O bloqueio inicial foi superado aos poucos, com concentração e empenho para a execução da tarefa. Ao final a maior parte dos participantes demonstraram se sentir satisfeitos e motivados com suas produções que, em grande parte representadas por planta-baixa, evidenciaram clareza quanto a distribuição espacial e funcionalidade da habitação.

Figura 5: Mapa criança. Integração com área externa, afetividade, brincadeira.



Fonte: Autoras, 2017.

Figura 6: Mapa criança. Integração com área externa, elementos da natureza, brincadeira.



Fonte: Autoras, 2017.

Figura 7: Mapa criança. Integração com área externa, afetividade, elementos da natureza.



Fonte: Autoras, 2017.

Figura 8: Mapa criança. Afetividade, brincadeira.



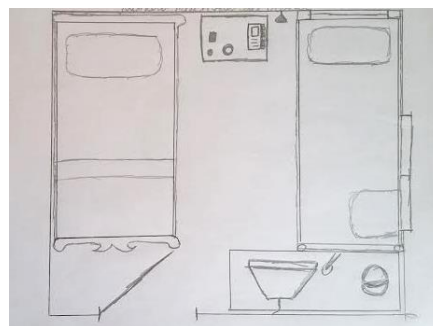
Fonte: Autoras, 2017.

Figura 9: Mapa criança. Organização funcional dos cômodos, objetos pessoais.



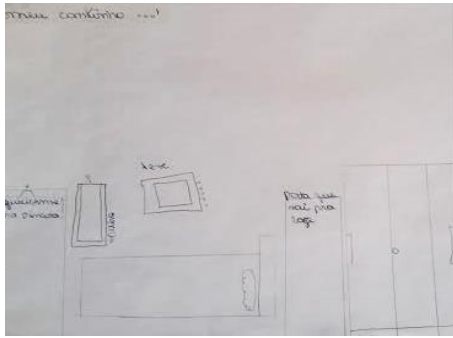
Fonte: Autoras, 2017.

Figura 10: Mapa adolescente. Organização funcional do cômodo, objetos pessoais.



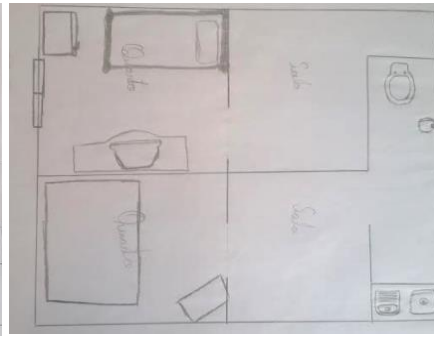
Fonte: Autoras, 2017.

Figura 11: Mapa adolescente. Objetos pessoais, afetividade (“meu cantinho”).



Fonte: Autoras, 2017.

Figura 12: Mapa adolescente. Organização funcional do cômodo, objetos pessoais.



Fonte: Autoras, 2017.

A partir de então, considerando as explicações e comentários realizados pelos participantes durante o processo, definiu-se três categoriais principais de análises a fim de compreender os valores e significados associados aos desenhos (mais detalhados a seguir): a) integração da casa com área externa/rua; b) espaço pessoal e territorialidade; e c) vinculação afetiva ao meio.

a) Integração da casa com área externa/rua

Nos mapas desenvolvidos pelo grupo de crianças, a representação de componentes da edificação, como portas, janelas, lajes e varandas, demonstra a forma como assimilam a imagem da casa, mas expressa também o que DaMatta (1997) denominou ser o “englobamento” da rua pela casa. Os próprios elementos do edifício estabelecem a integração com a área externa, propiciando o desenvolvimento de dinâmicas relacionais entre a moradia e a rua. A importância dessa relação com exterior é exposta ainda nos desenhos de elementos da natureza, como sol e nuvem, e nas referências à brincadeiras e espaços livres, como jogar pipa na laje, churrasco nas varandas, conversar na calçada e brincar pela rua.

É importante ressaltar que elementos como “sol”, “nuvem”, “casa com telhado” fazem parte do imaginário infantil sobre a casa, estimulados e disseminados pelos próprios adultos. Porém, esses elementos não foram interpretados apenas pelas suas expressões iconográficas, mas principalmente considerando as explicações das crianças, no decorrer da atividade, sobre o que estavam desenhando. Ao representar um telhado com duas meninas de mãos dadas (Figura 6), por exemplo, a criança disse que aquele era o lugar que mais gostava da sua casa, pois ali brincava com amigos e podia ver a rua. Em outro caso, um menino disse que a laje da sua casa era onde jogava pipa e de onde podia observar o que estava acontecendo do lado de fora, “na laje eu posso vigiar a rua” (Figura 5).

Com isso é possível compreender que, para essas crianças, a rua é a extensão da própria casa, confirmando o que Lima (1989) observou nos trabalhos que desenvolveu com crianças de classes populares. Garantir essa integração, além de propiciar o desenvolvimento psíquico e cognitivo que Tonnucci (2009) menciona, é possibilitar a localização delas no espaço e a experiência afetiva com o lugar, que ocorre principalmente a partir da apropriação do espaço no ato das brincadeiras, conforme evidenciado por Coelho (2004).

b) Espaço pessoal e territorialidade

Principalmente nos desenhos dos adolescentes interessa observar a incidente representação de objetos pessoais e elementos físicos que compõem o ambiente ao representarem a casa em planta-baixa. Há uma preocupação em personalizar e demarcar territórios, complementada por relatos que indicavam ser “minha cama”, “meu armário”, “minha TV”, “minha colcha”, etc. Por menores que as casas fossem, as falas expressavam a existência de um sentido de privacidade e individualidade. Nisso está implícita a delimitação de espaços pessoais e fronteiras do eu da pessoa, às quais Sommer (1973) se refere, conformando lugares de intimidade. Segundo Rybczynski (1996), a personalização, marca do dono, é ainda o que garante o aconchego e conforto dos ambientes.

c) Vinculação afetiva ao meio

Na maioria dos desenhos das crianças observa-se a tendência de incorporar, junto à representação da casa, a própria figura humana, muitas vezes envolvida em dinâmicas sociais e relacionais. Isso evidencia o reconhecimento da criança no lugar e o envolvimento afetivo entre o meio e pessoas. No processo da atividade, as crianças comentaram a respeito da importância da família, de amigos, e de espaços livres para brincar. Nos mapas dos adolescentes a vinculação ao meio pode ser verificada pela preocupação em demarcar territórios de domínio e personalizá-los com objetos pessoais. Tuan (1980) esclarece que a relação

emocional da pessoa com seu lar e seus pertences são exemplo de topofilia; são a extensão da personalidade, sem os quais o ser humano sente ameaçada sua identidade. A identificação com o meio confere, portanto, a base emocional de intimidade, identidade e segurança a que Bachelard (1974) se refere em relação à casa, lugar do ser no mundo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento dos Mapas Mentais visou apreender as relações no ambiente que propiciam a apropriação espacial e o sentido de lugar numa residência. Considera-se a experiência satisfatória nesse ponto, sendo uma primeira aplicação prática da pesquisa de mestrado em andamento. Possibilitou, pelo contato com as crianças e adolescentes, o surgimento de novos apontamentos e situações, experimentação da metodologia e verificação do que é mais adequado para cada idade, a partir das dificuldades e facilidades apresentadas.

A diferença de abordagem realizada com as crianças e adolescentes durante o desenvolvimento da atividade condicionou um direcionamento, involuntário, a respeito dos desenhos: enquanto as crianças se expressaram como preferiram, os adolescentes ficaram presos à representação por planta-baixa. Isto dificultou a comparação da imagem mental associada à moradia entre as diferentes idades, apesar de mesmo assim ter sido possível compreender elementos importantes para a estruturação dessas imagens, além de afetos e sentimentos.

Para as crianças e adolescentes envolvidas neste estudo, a moradia acolhe principalmente por meio das dinâmicas relacionais entre as próprias pessoas, o espaço da casa e da rua. Os limites da casa se expandem na falta de espaço interno, englobando a rua, que possui potencial educativo e possibilita reconhecer o lugar a partir de relações de brincadeiras, atividades de lazer e relações sociais. O acolhimento refere-se também à expressões de individualidade, como demarcação de territórios, personalização e posse de objetos pessoais.

Refletindo a respeito dessas considerações nas unidades de acolhimento institucional, conclui-se a importância da integração do edifício com a área externa e vizinhança, uso de equipamentos da comunidade, ambientes internos personalizados e aconchegantes. Hoje, a realidade é que as casas de acolhimento ainda apresentam caráter de instituição, devido à coletividade dos ambientes, funções administrativas que possuem, ausência de personalização, controle disciplinar e restrições quanto ao acesso à comunidade. Apesar de ser estabelecido em lei a necessidade de atendimento individual em pequenos grupos, não é isso o que garante a convivência característica de uma residência, aspecto fundamental para a consolidação da identidade e desenvolvimento saudável dos que ali moram.

O envolvimento ao lugar depende do sujeito, mas a arquitetura pode facilitar este processo ao olhar para esse sujeito, compreender seus desejos, necessidades e dinâmicas relacionais, não se preocupando somente com técnica, forma e função. Portanto, considerar as crianças como coautoras dos projetos, incluindo suas percepções e questões subjetivas, é um dos caminhos que contribuem para a constituição de “lugares das crianças”, atendendo a interesses e expectativas reais que estimulem a liberdade para atuar e apropriar-se do lugar. Não há a intenção de se substituir os lares de origem das crianças e adolescentes, nem o papel funcional da família, mas de propiciar a identificação com o meio, requisito para que se sintam seguros e estáveis numa situação sobre a qual o controle não depende deles.

8 REFERÊNCIAS

- ADAMS, G. Colaboração interdisciplinar e participação do usuário como metodologia projetual. In: DEL RIO, V. (Org.). *Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo*. Rio de Janeiro: Proarq-UFRJ, 2002.
- AZEVEDO, G. A. N. *Sobre o papel da arquitetura escolar no cotidiano da educação: análise das interações pessoa-ambiente para a transformação qualitativa do lugar pedagógico*. In: Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído (ENTAC), 2012. Anais... Juiz de Fora, v.1, s/p., 2012.
- BACHELARD, G. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1974.
- BAILLY, A. *La Percepción del espacio urbano*. Madrid: Editora IEAL, 1979.
- BARROS, M. *Memórias inventadas: a segunda infância*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003.
- BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. *Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País*. Relatório da Resolução nº 71/2011. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Destaques/Publicacoes/Res_71_VOLUME_1_WEB_.PDF>. Acesso em junho/2017.

_____. *Lei Federal nº 8.069*, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em junho/2017.

_____. Lei Federal nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre alterações no ECA. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em junho/2017.

COELHO, G. N. Espaço vivido favela: Brincadeiras infantis nos espaços livres da Rocinha. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

DAMATTA, R. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.

LEITÃO, L. Espaço do abrigo? Espaço do afeto! In: DEL RIO, V. (Org.). *Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo*. Rio de Janeiro: Proarq-UFRJ, 2002.

LIMA, M. S. *A cidade e a criança*. São Paulo: Editora Nobel, 1989.

MORANTA, T; POL, E. La apropiación del espacio: una propuesta teórica para comprender la vinculación entre las personas y los lugares. Anuario de Psicología, Barcelona, vol. 36, n 3, pp. 281-297, 2005.

PALLASMAA, J. *Habitar*. Barcelona: Gustavo Gilli, 2017.

RASMUSSEN, K. Places for children – children’s places. SAGE Publications, Londres, Thousand Oaks e New Delhi, vol. 11(2), pp. 155–173, 2004.

RHEINGANTZ, P.A; AZEVEDO, G.A; BRASILEIRO, A; DE ALCANTARA, D.; QUEIROZ, M. *Observando a Qualidade do Lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação*. Rio de Janeiro: 2009. Disponível em: <http://www.fau.ufrj.br/prologar/assets/obs_a_qua_lugar.pdf>. Acesso em junho/2017.

RYBCZYNSKI, W. *Casa, pequena história de uma ideia*. São Paulo: Editora Record, 1996.

SAYÃO, Y. Desenvolvimento infantil e abrigo. *Coleção Abrigos em Movimentos – Cada caso é um caso: estudos de caso, projetos de atendimento*. São Paulo: 2010. Disponível em: <http://www.neca.org.br/wp-content/uploads/Livro5.pdf>. Acesso em junho/2017.

SOMMER, R. *Espaço Pessoal*. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária, 1973.

TONUCCI, F. Ciudades a escala humana: la ciudad de los niños. Revista de Educación, número extraordinario, pp 147-168, 2009.

TUAN, Y. *Topofilia – Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio-ambiente*. São Paulo, Editora Difel, 1980.

TUAN, Y. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo, Editora Difel, 1983.

NOTAS

¹ O artigo é resultado do trabalho final elaborado para a disciplina Arquitetura e Projeto do Lugar, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (PROARQ) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ministrada pelas professoras Cristiane Duarte e Ethel Pinheiro em 2017.

² Dados levantados pelo Conselho Nacional do Ministério Público em 2013.

³ Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que discorre sobre os direitos de crianças e adolescentes.

⁴ Segundo levantamento do Conselho Nacional do Ministério Público (BRASIL, 2013), das mais de 29 mil crianças acolhidas, o percentual que permaneceu no serviço até o período de seis meses não chegou a 20%. Em torno de 50% dos acolhidos permanecem na casa entre 6 meses a 2 anos, e 35% deles moram na unidade de acolhimento por mais de 2 anos.

⁵ Lei Federal nº 12.010, de 3 de agosto de 2009, que dispõe sobre alterações no ECA.

NOTA DO EDITOR (*) O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade do(s) autor(es).